

## Observação do entorno urbano das Zonas de Proteção Ambiental de Natal-RN

Cecília Marilaine Rego de Medeiros<sup>i</sup>  
cecilia.marilaine@yahoo.com.br

Linha de pesquisa Morfologia, Usos e Percepção do Ambiente

### INTRODUÇÃO

Estudos na área das relações pessoa-ambiente têm mostrado que o contato com a natureza oferece benefícios potenciais e restauradores para o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que recupera uma consciência para a importância da preservação dessas áreas naturais. No entanto, a maior parte dessas investigações são realizadas no hemisfério norte e em países desenvolvidos, sendo importante que esse tipo de preocupação contemple outros contextos. No Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a intensa urbanização, aliada às inúmeras questões sociais vivenciadas, pode ter reflexo no modo como gerações de crianças se relacionam com a natureza, muitas vezes restrita a poucas praças e parques.

Como base nessas constatações empíricas questiona-se como se dá, na realidade brasileira atual, a vivência cotidiana de crianças com áreas naturais protegidas presentes no contexto urbano.

Entende-se que compreender a relação criança-natureza nesse contexto é essencial para pensar a qualidade de vida na infância e os espaços livres de nossas cidades, além de subsidiar políticas públicas voltadas para a promoção e preservação dessa interação, sabendo-se, ainda, que parte significativa do entorno dessas áreas é caracterizada por assentamentos informais, constituindo um cenário de vulnerabilidade socioambiental.

Relatando uma pequena parte de tese em desenvolvimento no PPGAU/UFRN, este artigo apresenta uma análise das Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs) regulamentadas existentes da cidade de Natal-RN.

### OBJETIVOS

O objetivo deste artigo é analisar as ZPAs natalenses que já estão regulamentadas, com o relato de suas características físicas e legais, o entorno urbano, as condições de acesso e convivência dessas áreas pela

população adjacente, ressaltando também os atributos naturais possíveis de serem vivenciados. Essa análise é ponto de partida do estudo maior, pois indica possibilidades de desenvolvimento de uma investigação aprofundada (de base etnográfica) sobre como crianças que moram no entorno de áreas naturais protegidas significam e se relacionam com estes ambientes.

### MÉTODO

O estudo que embasou a elaboração desse artigo foi realizado a partir de: a) pesquisa bibliográfica sobre o tema; b) visitas e observação naturalística (não sistematizada) do entorno das ZPAs, a fim de verificar a interação direta da população com essas áreas (observação de comportamentos e de vestígios comportamentais); c) conversas informais com a população residente no entorno, com profissionais/pesquisadores e com funcionários de órgãos relacionados à essas áreas; d) coleta de imagens no Google Street View, sobretudo no que se refere aos locais onde foram identificados vestígios de comportamento.

Complementando a análise, na continuidade da atividade serão realizadas conversas com funcionários do Setor de Fiscalização Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB/Natal), além do levantamento e estudo das ZPAs não regulamentadas.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

O processo de desenvolvimento capitalista, baseado na industrialização e num modelo inconsequente de ocupação do espaço, tem como um de seus principais produtos a crise no mundo urbano.

Por sua vez, a reflexão sobre a questão ambiental aponta que o sucesso do modo de produção capitalista traz consigo problemas sociais e ambientais, incluindo custos “ocultos” e fortemente relacionados entre si,

como desigualdades e riscos (ACSELRAD, 2001; RODRIGUES, 2011), com implicações diretas para o modo de vida da sociedade (BUENO, 2008).

Nesse campo, atualmente as cidades brasileiras vivenciam uma séria crise de habitabilidade, retratando a problemática ambiental urbana atual: a densidade é crescente, o saneamento ambiental é restrito, proliferam assentamentos irregulares e ocupações precárias localizadas em faixas limítrofes de áreas ambientalmente sensíveis (como marginais de córregos e encostas), entre outros problemas emergentes. Tal cenário inter-relaciona inúmeras questões, de modo que seu enfrentamento só poderá obter sucesso se acontecer a partir de uma matriz que seja social, econômica e ambientalmente justa (BUENO, op. cit.).

Em Natal-RN essa problemática também pode ser observada, evidenciando-se especialmente no entorno de algumas de suas áreas naturais protegidas, em cujos limites observam-se ocupações territoriais caracterizadas por assentamentos informais (correspondendo a vilas, loteamentos irregulares e favelas – genericamente denominados de Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS), constituindo espaços de vulnerabilidade social e ambiental (ATAÍDE, 2013).

O relatório Situação Mundial da Infância de 2012 (UNICEF, 2012) resume a problemática de crescer em um contexto urbano de pobreza, exclusão, violência, descumprimento de direitos (como saúde, acesso à água, saneamento e higiene) e riscos de catástrofes ambientais.

Crianças em áreas urbanas frequentemente vivem em melhores condições do que crianças em áreas rurais, graças a padrões mais altos de saúde, proteção, educação e saneamento. No entanto, os avanços urbanos têm sido desiguais, e milhões de crianças em contextos urbanos marginalizados enfrentam diariamente desafios e privação de seus direitos (UNICEF, op. cit., p. 1).

O reconhecimento de que as interações com a natureza proporcionam muitos benefícios para o bem-estar humano vem crescendo desde a década de 1970, mas a crescente urbanização está degradando a qualidade e a quantidade das experiências na natureza. Crianças e jovens usufruem cada vez menos de experiências ao ar livre, em ambientes naturais e até mesmo em espaços urbanos (CHAWLA, 2006, 2015; KARSTEN, 2005; KAYMAZ, 2017; LOUV, 2005/2016). O sentido de isolamento causado pelo modo de vida nas áreas mais urbanizadas também tem como justificativa a cultura do medo, que “produz sentimentos ambíguos em relação à

cidade, que cultiva a riqueza e o consumismo, em detrimento do lazer, das interações sociais, do contato com a natureza” (DIAS, 2015, p. 4).

O fenômeno urbano contemporâneo é bastante complexo, como observa Henri Lefebvre em várias de suas obras. A problemática urbana põe em questão o conjunto da vida social, na teoria e também na prática (LEFEBVRE, 2001). O funcionalismo levou a perda de possibilidades e funções muito importantes da cidade, com implicações significativas na qualidade de vida novas gerações.

No que se refere ao papel dos ambientes naturais, do ponto de vista ecológico, os efeitos da urbanização evidenciam a redução da biodiversidade ambiental em diversas escalas territoriais. À medida que a humanidade se torna cada vez mais urbana, mais pessoas perdem a oportunidade de se beneficiar ou desenvolver uma apreciação da natureza, o que sugere consequências para a conservação em geral, assim como para a qualidade de vida dos seres humanos (TURNER, et al., 2004). A diminuição do contato direto com o mundo natural resulta numa “extinção da experiência” (PYLE, 2003), que se refere à crescente tendência nas sociedades atuais de afastamento e isolamento das pessoas em relação ao mundo natural, o que gera apatia em relação às preocupações ambientais.

Nesse contexto, o contato direto com a natureza durante o período da infância tem sido cada vez mais substituído por maneiras indiretas e simbólicas, como programas de televisão ou parques temáticos (ABDULLAH, et al., 2017). Todavia, vale acrescentar que o uso mais frequente de espaços naturais pode ser observado em bairros de média e baixa renda (BARRERA, et al., 2016), o que demonstra haver uma diferença entre contextos socioeconômicos e a relação com as áreas da cidade. Os espaços livres verdes dos bairros desempenham um papel fundamental no apoio ao brincar criativo de crianças de baixa renda.

## **ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS EM NATAL-RN**

A cidade de Natal possui características físico-ambientais favoráveis que evidenciam um equilíbrio entre o espaço natural e o construído na configuração de seu território (ATAÍDE, DIAS, 2001). Compreende atualmente dez áreas naturais protegidas, chamadas de Zonas de Proteção Ambiental, sendo cinco delas regulamentadas. Essas áreas resguardam componentes ambientais diferentes e significativos, de aspectos paisagísticos, históricos, arqueológicos e científicos, e por isso, estão classificadas em subzonas de conservação e de

preservação. São áreas representativas de praias, estuário e vertentes de rios, manguezais, cordões e campos dunares, lagoas, riachos e ainda duas unidades de conservação ambiental: o Parque Estadual Dunas do Natal "Jornalista Luiz Maria Alves" (reserva de Mata Atlântica que constitui o segundo maior parque ecológico urbano do país) e o Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte (uma das principais fontes de recarga do aquífero de Natal) (NATAL, 2010).

Figura 1: Mapa de Macrozoneamento de Natal



Fonte: Natal, 2013, p. 506

As Zonas de Proteção Ambiental - ZPAs são classificadas como áreas nas quais as características do meio físico restringem o uso e ocupação do solo, visando a proteção, manutenção e recuperação dos aspectos paisagísticos, históricos, arqueológicos e científicos (NATAL, 2007). Essas áreas foram instituídas pela Lei Complementar nº 07/1994 e posteriormente delimitadas pela Lei Complementar nº 082/2007.

Analisando as relações territoriais relacionadas ao macrozoneamento e às áreas especiais em cada ZPA, observa-se que somente a ZPA 3 não apresenta relação territorial com alguma Área Especial de Interesse Social - AEIS, indicando um cenário em que o conflito

socioambiental ocorre claramente no entorno da maioria dessas Zonas (ATAÍDE, 2013).

Segue uma breve descrição das Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs) natalenses regulamentadas e das observações que foram realizadas em seu entorno:

**ZPA-1<sup>ii</sup>** - circunscreve o campo dunar localizado nos bairros de Pitimbu, Candelária e Cidade Nova, correspondendo à principal área de recarga do aquífero subterrâneo que garante a demanda de água potável da cidade, além da função de proteção da flora e fauna das dunas. Dentro dessa ZPA encontra-se o Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, uma Unidade de Conservação Ambiental, de Proteção Integral, categoria Parque Nacional (NATAL, 2013). Está integrada ao Campo Dunar dos bairros Guarapés e Planalto, que define a ZPA 4. Além da paisagem, da biodiversidade vegetal e animal, a experiência com o relevo das dunas caracteriza a área.

Em sua regulamentação, a ZPA 1 está dividida em duas Subzonas de Conservação, uma delas a Unidade de Conservação Ambiental Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte; e mais uma Subzona de Uso Restrito, relativa a porções dos bairros de Candelária e Pitimbu, de ocupação urbana, com restrições legais específicas.

As condições de acesso, utilização ou visitação da área pela população difere em cada uma dessas subzonas, de forma que, nos limites do Parque da Cidade, o uso é determinado pelas normas de utilização da Unidade de Conservação. Já nas demais observa-se ocupação urbana na encosta ou sobre as dunas.

A população residente no entorno da ZPA 1 tem uma relação cotidiana com o ambiente natural, podendo ser vista através de trilhas presentes nas três subzonas. Os vestígios de uso também podem ser verificados através da apropriação do sopé de dunas para utilização como espaços de lazer pela população. Na área da Unidade de Conservação esse fato expressa a relação de apropriação do espaço que a população manteve historicamente anterior à sua instituição e regulamentação do Parque.



Figura 2: Exemplo de vestígio de uso de porção da ZPA 1, onde se limita à ZPA 4 - trilhas sobre a duna interligando localidades dos bairros de Cidade Nova e Planalto



Fonte: Google Street View

Verificou-se uma maior relação da população residente no bairro de Nova Cidade. Menores lotes, maior adensamento e inserção na Mancha de Interesse Social podem sugerir que essa população desta porção do entorno da área se aproprie diferentemente dos espaços livres, da rua e também do conjunto de elementos naturais da área delimitada por essa Zona de Proteção Ambiental.

**ZPA-2** - abrange a área do Parque Estadual Dunas de Natal "Jornalista Luiz Maria Alves"<sup>iiii</sup>. A diversidade de sua flora, fauna e das belezas naturais o define como Unidade de Conservação de Proteção Integral, na categoria Parque Nacional, que se destina a fins educativos, recreativos, culturais e científicos.

Dividida em seis zonas - Zona Primitiva; Zona de Uso Extensivo; Zona de Uso Intensivo (área de uso público); Zona de Recuperação; Zona de Uso Especial (áreas da administração do Parque); e Zona de Uso Conflitante – possui uma extensão expressiva, limitando-se a sete bairros, além de estar ligada às Zonas Especiais de Interesse Turístico 1 (Ponta Negra) e 2 (Via Costeira), à Área de Controle de Gabarito (bairros de Tirol, Lagoa Nova, Nova Descoberta e Capim Macio) e à várias Áreas de Interesse Social. Também se integra à ZPA 10 - Farol de Mãe Luíza e seu entorno.

As condições de acesso à ZPA 2 pela população são determinadas pelas normas do Parque, que permite visitação no setor de uso público, chamado Bosque dos Namorados, onde estão localizadas as entradas das trilhas, espaços de exposições, atividades de lazer ecológico, Educação Ambiental e setores administrativos. O acesso ao restante do Parque é possível através de trilhas programadas e acompanhadas por guias e guardas florestais. Porções significativas da extensão da ZPA 2 estão sob domínio militar, sendo, portanto, restrita à visitação.

Figura 3: porção de duna ZPA 2, frequentemente utilizadas pela comunidade do bairro de Mãe Luíza



Fonte: Google Street View

Apesar dessa condição, historicamente, a população dos bairros de Mãe Luíza e Nova Descoberta se apropriam de diferentes modos do espaço natural (OLIVEIRA, 2016; MAMERI, 2016).

No entorno pode ser apreciado extenso campo dunar, com suas paisagens características, fauna e vegetação exuberantes, predominantemente de Mata Atlântica, além de Restinga, Caatinga e o Tabuleiro Litorâneo. Algumas dunas descobertas, localizadas na porção norte, junto ao bairro de Mãe Luíza, são frequentemente utilizadas pela população para atividades de lazer.

**ZPA-3<sup>iv</sup>** - delimita a área entre o Rio Pitimbu e Avenida dos Caiapós, no Conjunto Habitacional Cidade Satélite, é parte da bacia hidrográfica do Rio Pitimbu, com solo fértil nas margens, caracterizadas por feições de terraços e vertentes com dunas sobrepostas (NATAL, 2013). Dentre outras funções, destaca-se o suprimento de água doce para a Lagoa do Jiqui.

Esta Zona divide-se em 04 subzonas, em algumas delas é permitida ocupação urbana, com prescrições específicas estabelecidas na lei que a regulamenta. O habitat natural do rio coberto de vegetação é a paisagem dessa área que a população pode vivenciar. Apesar da proximidade com um conjunto habitacional, não foram verificados vestígios que indiquem uma relação da população com essa área natural.

**ZPA-4<sup>v</sup>** - delimita o Campo Dunar dos bairros de Guarapes e Planalto. Os cordões de dunas, de beleza cênica-paisagística significativa, em virtude dos contrastes de relevo com o tabuleiro costeiro e o estuário do Rio Potengi, tem importância na absorção de escoamento pluvial (NATAL, 2013). Divide-se em subzonas, com áreas de maior fragilidade ambiental - porções onde são permitidas ocupações, segundo prescrições específicas; áreas onde são permitidos alguns usos, segundo prescrições específicas; e outras,

onde a ocupação segue prescrições da Zona de Adensamento Básico.

Seu entorno é limitado pelos bairros de Felipe Camarão, Cidade Nova, Guarapes e Planalto, pertencentes à Zona de Adensamento. Está inserida na Mancha de Interesse Social, com concentração de vilas e AEIS, onde encontram-se nove favelas (ATAÍDE, 2013). Nessa área está implantado o antigo lixão de Cidade Nova, que funcionou até o ano de 2004. Está integrada à Zona de Proteção Ambiental 1 (Campo de dunas de Pitimbu, Candelária e Cidade Nova) e também com a ZPA 8 (Estuário do Rio Potengi e manguezal).

Apesar de constituírem Área de Preservação Permanente, conforme Resolução CONAMA nº 303/2002, o perímetro do campo dunar da ZPA 4 não possui limites físicos, como cercas e muros, de forma que a população se relaciona frequentemente com a área. Observações e conversas informais com moradores do bairro de Felipe Camarão confirma que essa relação comunidade-dunas é bastante estreita e conflituosa, conforme apresenta Ataíde (2013).

**ZPA-5<sup>vi</sup>** - integra o ecossistema de dunas fixas e lagoas do Bairro de Ponta Negra, chamada Região de Lagoinha. O complexo de dunas e lagoas possui vegetação com espécies predominantes de formação de tabuleiro litorâneo e da Mata Atlântica. Este ecossistema constitui umas das principais áreas de recarga das águas subterrâneas.

Na sua divisão, delimita uma subzona de preservação, com cordões de dunas e áreas alagáveis; uma subzona de conservação, que integra lagoas e outras áreas alagáveis, onde é permitido alguns usos, de acordo com prescrições urbanísticas específicas; uma área potencial de expansão urbana com restrição, conforme prescrições também específicas para essa subzona; e uma área de urbanização, que permite ocupação conforme prescrições da Zona de Adensamento Básico.

O perímetro da ZPA 5 limita-se aos bairros de Neópolis, Capim Macio e Ponta Negra, pertencentes à Zona de Adensamento Básico. Percebeu-se vestígios de uso da área através de trilhas de acesso às dunas tanto no limite com o bairro de Neópolis como de Capim Macio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse contato inicial com o objeto de estudo da tese foi possível perceber a existência de uma relação da população residente no entorno das ZPAs com essas áreas, mais evidente em alguns setores do que em outros. Ainda que delimitadas como Unidades de

Conservação de Proteção Integral ou Áreas de Preservação Permanente, a localização das mesmas num território urbano implica na possibilidade de conflitos socioambientais. Nota-se que, mesmo não sendo legalmente permitida a apropriação dessas áreas de fragilidade ambiental, elas ocorrem de modo informal.

As relações estabelecidas, de apropriação, ocupação, exploração de recursos, para lazer ou circulação, se fundamentam em diversos contextos – sociais, culturais, econômicos, políticos, dentre outros. Por isso, torna-se indispensável aprofundar a análise para entender as particularidades de cada caso e compreendê-los no cenário dinâmico do urbano, na totalidade de seus processos, em seu contexto ambiental e social.

Observou-se que nas ZPAs que possuem relações territoriais com Áreas Especiais de Interesse Social a apropriação desses espaços pela população é aparentemente maior, o que nos leva a delimitar dois pressupostos:

- (1) a ausência (ou presença reduzida de) equipamentos urbanos, sobretudo de espaços livres qualificados, motiva a apropriação pela população dos espaços urbanos disponíveis – a demarcação de áreas “descampadas” com pneus e troncos de árvores e plantio de árvores para sombreamento, para realização de atividades de socialização e lazer, foi encontrada no entorno das ZPAs 1, 2 e 4;
- (2) os espaços livres da cidade são ainda mais importantes para população de baixa renda, haja vista que, na maioria das vezes, essa população reside em habitações precárias, insalubres e pequenas, logo, a rua, o largo, a praça, o sopé da duna, o topo da duna e outros espaços amplos tornam-se fundamentais para as comunidades, sobretudo para a qualidade de vida e a saúde de crianças (BARREIRA, et. al., 2016).

Nesse sentido, é possível entender que, se há o interesse em investigar a relação de apropriação de espaços naturais por crianças, é preciso adentrar e aprofundar o olhar onde essa interação de fato ocorra. Assim, a hipótese de Kimbro, et al. (2011) de que crianças mais pobres podem ter mais tempo não estruturado (livre e autônomo) para manter relações e brincadeiras ao ar livre, além de, também, serem susceptíveis e terem acesso a áreas livres com base em suas instalações habitacionais, pode ser uma chave para determinar onde um estudo etnográfico pode ser mais rico. No caso de Natal, tomando como referência as Zonas de Proteção Ambiental já regulamentadas, as ZPAs 1, 2 e 4 são claramente as melhores opções.

Observando as características físicas dessas Zonas, destaca-se um conjunto de elementos que podem contribuir com o entendimento de diferentes contextos: a presença de parques urbanos, de uma ocupação urbana em seu entorno diversificada (condomínios de alto padrão, conjuntos habitacionais, loteamentos e assentamentos informais) e de um lixão, ainda que desativado, parece ser ilustrativo da realidade urbana e ambiental de várias cidades brasileiras. Dessa forma, entende-se que a delimitação das ZPAs 1 e 4, cujos limites estão interligados, e que apresentam os elementos citados anteriormente, se configura como um recorte apropriado para o aprofundamento dos estudos sobre a relação criança-natureza no contexto urbano atual.

## AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela concessão da bolsa de doutorado.

## REFERÊNCIAS

- ABDULLAH, M.; ALI, W. N. A. W.; GHANI, I. Exploring the Elements of Natural Landscape Character in Engaging Children with their Natural Environment. *Environment-Behaviour Proceedings Journal*, 2 (5), p. 209-214, 2017.
- ACSELRAD, H. (Org.). Sentidos da sustentabilidade urbana. In: A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Coleção espaços do desenvolvimento, Rio de Janeiro, DP&A Editora e CREA-RJ, 2001. P. 43-70.
- ATAÍDE, R. M. C. Interés ambiental frente a interés social: La gestión de los conflictos socio-espaciales en los espacios naturales protegidos: los retos de la regularización urbanística de los asentamientos informales en Natal, RN, Brasil. Tese (doutorado), Universidade de Barcelona, Espanha, 2013.
- ATAÍDE, R. M. C.; DIAS, M. C. F. Percepção ambiental e preservação: uma releitura do patrimônio paisagístico de Natal (RN). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. Pp. 1791-1803.
- BARRERA, F.; REYES-PAECKE, S.; HARRIS, J.; BASCUNÁN, D.; FARÍAS, J. M. People's perception influences on the use of green spaces in socio-economically differentiated neighborhoods. *Urban Forestry & Champ; Urban Greening*. 20, p. 254-264, 2016.
- BUENO, L. M. M. Reflexões sobre o futuro da sustentabilidade urbana a partir de um enfoque socioambiental. In: *Cadernos Metrópole*, n. 19, 2008. P. 99-121.
- CHAWLA, L. Benefits of Nature Contact for Children. *Journal of Planning Literature*, 30 (4), p. 433-452, 2015.
- CHAWLA, L. Learning to Love the Natural World Enough to Protect It. *Barn* (2), p. 57-78, 2006.
- DIAS, M. S. Espaços públicos: ambiências urbanas para infâncias contemporâneas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇOS PÚBLICOS, 1., 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, 2015.
- KARSTEN, L. It All Used to be Better? Different Generations on Continuity and Change in Urban Children's Daily Use of Space. *Children's Geographies*, 3 (3), 275-290, 2005.
- KAYMAZ, I.; OGUZ, D.; CENGİZ-HERGUL, O. C. Factors influencing children's use of urban green spaces. *Indoor and Built Environment*. 0 (0), p. 1-13, 2017.
- KIMBRO, R. T.; BROOKS-GUNN, J.; MCLANAHAN, S. Young children in urban areas: Links among neighborhood characteristics, weight status, outdoor play, and television watching. *Social Science & Medicine*. 72, p. 668-676, 2011.
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LOUV, R. A Última Criança na Natureza: Resgatando Nossas Crianças do Transtorno do Déficit de Natureza. São Paulo: Aquariana, 2005/2016.
- MAMERI, S. F. Projeto Urbano em assentamentos de origem informal: forma, ambiente e instrumentos de acesso à terra urbanizada no cotidiano de Mãe Luiza. Tese (Doutorado). PPGAU/UFRN, Natal/RN. 2016.
- NATAL. Prefeitura Municipal. Anuário Natal 2010 / Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Natal, RN: SEMURB, 2010.
- NATAL. Prefeitura Municipal. Instrumentos do Ordenamento Urbano de Natal / Organizado por: Carlos Eduardo Pereira da Hora, Fernando Antonio Carneiro de Medeiros, Luciano Fábio Dantas Capistrano. – 2 ed. – Natal: SEMURB, 2013.
- OLIVEIRA, M. S. No encontro da vida cotidiana, Novas Descobertas em Bairro e Vida de Bairro. Tese (Doutorado). PPGAU/UFRN. Natal/RN. 2016.
- PYLE, R. Nature matrix: reconnecting people and nature. *Oryx*, Volume 37, Issue 2, 2003.
- RODRIGUES, A. M. A matriz Discursiva sobre o Meio Ambiente: Produção do Espaço Urbano - Agentes, Escalas, Conflitos. In: CARLOS, A. F. A; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.). A produção do espaço Urbano - Agentes e Processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. P. 207-203.



TURNER, W. R.; NAKAMURA, T.; DINETTI, M. Global Urbanization and the Separation of Humans from Nature. BioScience. June 2004 / Vol. 54 No. 6. P. 585-590.

UNICEF. Situação Mundial da Infância - 2012: Crianças em um Mundo Urbano. Relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Nova York, 2012.

---

## NOTAS

<sup>i</sup> Doutoranda do PPGAU/UFRN.

<sup>ii</sup> Regulamentada pela Lei Municipal Nº 4.664, de 31 de julho de 1995.

<sup>iii</sup> Regulamentado pela Lei Estadual Nº 7.237, de 22 de novembro de 1977.

<sup>iv</sup> Regulamentada pela Lei Municipal Nº 5.273, de 20 de junho de 2001.

<sup>v</sup> Regulamentada pela Lei Municipal Nº 4.912, de 19 de dezembro de 1997.

<sup>vi</sup> Regulamentada pela Lei Municipal Nº 5.665, de 21 de junho de 2004.